



ISSN nº 2595-7341

Vol. 4, n. 1, Janeiro-Abril, 2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft-v4n1/12404>

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO: relato de experiência com agricultores familiares do Tocantins

SOCIOECONOMIC DIAGNOSIS: experience report with family farmers in Tocantins

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO: informe de experiencia con agricultores familiares en Tocantins

Maria Eduarda Ribeiro de Jesus¹
Marcelo Henrique Toscano Silva²
Keile Aparecida Beraldo³
Diego Neves de Sousa⁴

RESUMO

Este trabalho trata-se de um relato de experiência da etapa de diagnóstico socioeconômico realizado com agricultores familiares do Tocantins no âmbito do projeto de extensão intitulado: “Construindo pontes tecnológicas entre a agricultura familiar e o mercado local no município de Palmas e região”. O diagnóstico foi realizado a partir de uma entrevista semiestruturada com a representante legal da COOPRATO. Os resultados obtidos permitiram conhecer diversos aspectos ligados à produção e à estrutura organizacional da cooperativa. Tal fato é primordial para desenvolvimento e transferência de tecnologia para esse empreendimento coletivo que se destaca como referência na agricultura familiar do estado.

¹Graduada em Ciências Econômicas, Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas, Tocantins, e-mail: eduardaribeiro@mail.uft.edu.br

²Graduado em Engenharia Ambiental, Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas, Tocantins, e-mail: marcelotoscano@uft.edu.br

³Doutora em Desenvolvimento Rural, Docente do curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas, Tocantins, e-mail: keile@uft.edu.br

⁴Doutor em Desenvolvimento Rural. Analista da Embrapa Pesca e Aquicultura, Palmas, Tocantins, e-mail: diego.sousa@embrapa.br



ISSN nº 2595-7341

Vol. 4, n. 1, Janeiro-Abril, 2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft-v4n1/12404>

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar; Diagnóstico socioeconômico; Projeto de Reassentamento; Tocantins.

ABSTRACT

This work is an experience report of the socioeconomic diagnosis stage carried out with family farmers in Tocantins within the scope of the extension project entitled: "Building technological bridges between family farming and the local market in the municipality of Palmas and region". The diagnosis was made from a semi-structured interview with the legal representative of COOPRATO. The results obtained allowed to know several aspects related to the production and organizational structure of the cooperative. This fact is essential for the development and transfer of technology for this collective enterprise that stands out as a reference in family farming in the state.

KEYWORDS: Family farming; Socioeconomic diagnosis; Resettlement Project; Tocantins.

RESUMEN

Este trabajo es un relato de experiencia de la etapa de diagnóstico socioeconómico realizada con agricultores familiares en Tocantins en el marco del proyecto de extensión titulado: "Construyendo puentes tecnológicos entre la agricultura familiar y el mercado local en el municipio de Palmas y región". El diagnóstico se realizó a partir de una entrevista semiestructurada con el representante legal de COOPRATO. Los resultados obtenidos permitieron conocer varios aspectos relacionados con la estructura productiva y organizativa de la cooperativa. Este hecho es fundamental para el desarrollo y transferencia de tecnología para esta empresa colectiva que se destaca como un referente en la agricultura familiar en el estado.

PALABRAS CLAVE: Agricultura familiar; diagnóstico socioeconómico; Proyecto de reasentamiento; Tocantins.



ISSN nº 2595-7341

Vol. 4, n. 1, Janeiro-Abril, 2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft-v4n1/12404>

Introdução

A agricultura familiar (AF) representa segmento de grande importância econômica e social para o meio rural e o urbano brasileiro. O levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponibilizado no censo agropecuário 2017, aponta que cerca de 3,8 milhões de estabelecimentos rurais são classificados como agricultura familiar, ocupando uma área de 80,9 milhões de hectares. Com isso, a agricultura familiar emprega mais de 10 milhões de pessoas, o que representa 67% do total de pessoas ocupadas no campo (IBGE, 2017). No Tocantins, de acordo com dados da Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Aquicultura do Estado do Tocantins (SEAGRO, 2020), o estado conta com aproximadamente 42 mil famílias classificadas na categoria da agricultura familiar, gerando 120 mil postos de ocupação e responsável por 40% do valor bruto da produção agropecuária.

Apesar de ser uma das atividades mais essenciais, senão a principal, para a sobrevivência da espécie humana, no atual momento de pandemia do novo coronavírus, o trabalho e a condição dos agricultores familiares tornaram-se ainda mais desafiadores no Brasil (FUTEMMA *et al.*, 2020). Essa classe é um dos grupos mais afetados pela crise: em que metade das famílias (51% em maio e 50% em junho) tiveram redução nas suas rendas, perdendo em média um terço da renda que habitualmente recebiam (35% e 33%, respectivamente) (DELGROSSI, 2020).



ISSN nº 2595-7341

Vol. 4, n. 1, Janeiro-Abril, 2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft-v4n1/12404>

Desse modo, o estado mais novo da Federação, também sente de perto as repercussões negativas pelos efeitos da pandemia causada pelo vírus *Sars-Cov-2*, agente da Covid-19. Desde a separação do norte de Goiás em 1988, o Tocantins luta para combater a pobreza e as desigualdades sociais de sua população, o que acentuou no atual cenário de pandemia. Mas, na situação vigente, os esforços do estado ficam cada vez mais incipiente o que afeta sobremaneira os públicos em situação de vulnerabilidade social, que no meio rural tocantinense atinge eminentemente os indígenas e os quilombolas (SOUSA, 2020).

Partindo desse pressuposto, este trabalho trata-se de um relato de experiência da etapa de diagnóstico socioeconômico realizado com agricultores familiares da Cooperativa Agroindustrial do Reassentamento Córrego Prata (COOPRATO) no âmbito do projeto de extensão: “Construindo pontes tecnológicas entre a agricultura familiar e o mercado local no município de Palmas e região” contemplado pelo Edital nº 011/2020 – Proex/UFT Seleção de Projetos de Inovação nas áreas de Extensão Tecnológica e Tecnologia Social.

O diagnóstico socioeconômico é uma das ferramentas que permite conhecer as diferentes realidades locais. A necessidade de se realizar um diagnóstico ligado às questões socioeconômicas está baseada no princípio de que é necessário conhecer para agir com eficácia. Além do mais, representa uma das etapas iniciais e fundamentais do processo de intervenção social, na medida em que se busca um conhecimento real e concreto de uma situação sobre a qual se vai realizar uma intervenção e dos diferentes aspectos que é necessário ter em conta para resolver a situação-problema diagnosticada e que



ISSN nº 2595-7341

Vol. 4, n. 1, Janeiro-Abril, 2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft-v4n1/12404>

vai precisar ser adaptado para o contexto em questão (ANDER EGG; IDÁÑEZ, 2008).

Nesse sentido, este trabalho teve por objetivo conhecer a realidade local e coletar dados relacionados às demandas enfrentadas por agricultores familiares ligados à problemática do projeto, a fim de conhecer os aspectos voltados para as características gerais, a estrutura organizacional dos agricultores familiares, à produção e comercialização, bem como analisar os impactos que a pandemia da Covid-19 tem gerado para a cooperativa.

Metodologia

Partindo do princípio de que qualquer caso que se estude em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou até de casos semelhantes, o estudo de caso consiste na análise de determinados indivíduos, instituições, grupos ou comunidades, com a finalidade de obter generalizações e investigar um determinado tema ou problemática.

Nessa ação extensionista estiveram envolvidos, discentes e docentes dos cursos de Ciências Econômicas, Ciências da Computação e Engenharia Ambiental da Universidade Federal do Tocantins (UFT) em parceria com a Embrapa Pesca e Aquicultura na região de Palmas, Tocantins. Os dados foram levantados por meio de observação direta e participativa utilizando-se de entrevistas semiestruturadas para analisar o objeto empírico deste estudo.

O diagnóstico foi realizado com uma agricultora familiar de base agroecológica, que é a representante legal da COOPRATO. Localizada na zona rural de Porto Nacional/TO, esta cooperativa foi selecionada para



ISSN nº 2595-7341

Vol. 4, n. 1, Janeiro-Abril, 2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft-v4n1/12404>

pesquisa, pois é uma organização coletiva considerada de referência em termos de inclusão produtiva de agricultores no estado do Tocantins (SOUSA et al., 2019).

Como procedimento metodológico para coleta de dados, foi realizada em julho de 2020 uma entrevista semiestruturada, sendo uma parte na modalidade on-line e a outra presencial. Contendo aproximadamente 25 perguntas, o roteiro foi estruturado em três partes e teve como intuito conhecer com afinco a experiência inovadora desta cooperativa, entender a estrutura organizacional da mesma, o que é produzido e qual o destino da produção; e os impactos que a pandemia tem causado à COOPRATO e seus membros filiados.

Revisão de literatura

A agricultura familiar é a principal responsável pela produção da grande diversidade de alimentos que chegam à mesa da população brasileira. É constituída de pequenos produtores rurais, cuja gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda (LUCENA; HOLANDA FILHO; BOMFIM, 2020). Esta modalidade tem dinâmica e características distintas em comparação à agricultura não familiar e o agricultor familiar tem relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia.

O surgimento e o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil é recente. Antes da década de 1990, a própria referência à agricultura familiar era quase inexistente no país, uma vez que os termos usualmente utilizados para qualificar e identificar essas categorias sociais eram os de pequeno



ISSN nº 2595-7341

Vol. 4, n. 1, Janeiro-Abril, 2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft-v4n1/12404>

produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda (SCHNEIDER; CASSOL, 2013).

A agricultura familiar apresenta um faturamento anual de US\$ 55,2 bilhões, além de ser à base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, sendo responsável pela renda de cerca de 40% da população economicamente ativa do Brasil e por aproximadamente 70% dos brasileiros ocupados no campo (MAPA, 2019).

De acordo com Silva e Jesus (2010), a situação em que se expressa à agricultura familiar na atualidade, no caso brasileiro, é resultado de um processo histórico iniciado a partir da colonização, sendo influenciada principalmente pelos acontecimentos políticos, econômicos e sociais dos últimos séculos e principalmente das últimas décadas. Para Schneider e Cassol (2013), a agricultura familiar acompanha e é afetada pelas transformações sociais mais gerais e sofre diretamente os impactos da economia.

Nos últimos anos, existem avanços muito claros na direção de uma melhor definição e compreensão das características e do significado do grupo social formado pelos pequenos proprietários de terra que trabalham mediante o uso da força de trabalho dos membros de suas famílias, produzindo tanto para seu autoconsumo como para a comercialização, e vivendo em pequenas comunidades ou povoados rurais. Os autores destacam que “é no contexto da (re) valorização da ruralidade, do reconhecimento do papel das economias locais e do potencial das dinâmicas territoriais de desenvolvimento que o papel da agricultura familiar ganha força” (SCHNEIDER; CASSOL, 2013, p. 1).



ISSN nº 2595-7341

Vol. 4, n. 1, Janeiro-Abril, 2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft-v4n1/12404>

Esses avanços estão diretamente ligados à formulação de programas e políticas públicas pelo Governo Federal para valorização desse grupo social. Para Turpin (2009), a integração de políticas públicas com o foco na agricultura familiar pode ser um modelo efetivo de redução da desigualdade social em uma região, além de um importante instrumento para o Desenvolvimento Local, a partir da implementação de ações em territórios ou microrregiões que permitam o empoderamento de grupos sociais antes marginalizados nas esferas de tomada de decisão.

Sendo a agricultura familiar uma das atividades mais essenciais, senão a principal, para a sobrevivência da espécie humana, no atual momento de pandemia do novo coronavírus, o trabalho e a condição dos agricultores familiares tornaram-se ainda mais desafiadores no Brasil (FUTEMMA *et al.*, 2020). Essa classe é um dos grupos mais afetados pela crise: em que metade das famílias (51% em maio e 50% em junho) tiveram redução nas suas rendas, perdendo em média um terço da renda que habitualmente recebiam (35% e 33%, respectivamente) (DELGROSSI, 2020).

Nesse sentido, Schneider *et al.* (2020) destaca que estudos sobre a agricultura familiar realizados no período recente apontam efeitos da pandemia em três dimensões principais e interligadas: a) dificuldades de manutenção da dinâmica produtiva e comercial; b) impactos nos volumes de produção; c) efeitos nos preços recebidos e queda na renda dos agricultores familiares no último ano. A produção tem sido afetada pela falta de protocolos de segurança e proteção sanitária que permitam aos agricultores trabalharem com tranquilidade; dificuldades de logística, transporte, distribuição e



ISSN nº 2595-7341

Vol. 4, n. 1, Janeiro-Abril, 2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft-v4n1/12404>

comercialização dos alimentos; e restrições de acesso ao capital financeiro decorrentes dos efeitos da pandemia nas economias nacionais.

Para Futemma *et al.*, (2020), as formas mais comuns de viabilizar a produção da agricultura familiar são por meio do acesso as políticas públicas de compra de alimentos e venda direta. No que tange a políticas públicas, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) por meio da alimentação escolar é um fator determinante de apoio à agricultura familiar, pois tem como uma de suas diretrizes o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para aquisição de gêneros alimentícios diversificados, preferencialmente produzidos e comercializados em âmbito local e de empreendimentos coletivos da agricultura familiar (TURPIN, 2009). A paralisação das atividades escolares em decorrência da pandemia afetou não apenas o estudante, como também comprometeu a renda do agricultor familiar, que tem no programa um importante *locus* para escoamento da sua produção de alimentos (PEREIRA *et al.*, 2020).

Já o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), privilegiando a modalidade compra com doação de alimentos – que, historicamente, atendia ao segmento menos estruturado e mais empobrecido dos agricultores, é que respondia, no auge do programa, pelo maior número de adesões e pelo maior volume de produção adquirida. Sambuichi *et al.* (2020) aponta em seus estudos que o PAA mostrou, por sua vez, ao longo dos últimos quinze anos, sua importância na dinamização de economias locais e de circuitos curtos de produção/comercialização, além do papel estruturante e de provisão de renda para a agricultura familiar e a garantia do direito humano à alimentação adequada.



ISSN nº 2595-7341

Vol. 4, n. 1, Janeiro-Abril, 2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft-v4n1/12404>

Agricultura familiar no Tocantins

Situado na região Norte e influenciada pela lógica desenvolvimentista herdada do Estado de Goiás, a economia tocantinense tem como expoente as cadeias produtivas da pecuária e de grãos, no entanto o escoamento das demais cadeias produtivas consideradas mais frágeis é influenciado pelas condições deficientes de acessibilidade (FEITOSA, 2011).

Ainda assim, no Tocantins a importância da agricultura familiar é reconhecida não só pela geração de empregos de forma direta e indireta, mas ela está também associada a modos de vida pautados por repertórios culturais específicos e a modos de reprodução socioeconômica diversificada. Conforme os dados do IBGE de 2017 há aproximadamente 43 mil agricultores familiares, os quais contribuíam com 40% do valor bruto da produção agropecuária e ocupam 50% das áreas destinadas à agricultura no estado. O que já representava 76% dos estabelecimentos, cujo tamanho médio é 18 ha (IBGE, 2017).

Neste sentido, para Pereira e Santos (2015) os agricultores familiares e seus empreendimentos coletivos tornam-se importantes atores para manter o adequado abastecimento alimentar junto à população, principalmente, ao considerar que o Tocantins é rico em recursos naturais com destaque para diversas espécies frutíferas do cerrado que são comercializados *in natura* nas principais feiras dos municípios tocantinenses pelos próprios agricultores.

Embora, a produção oriunda da agricultura familiar seja significativa, a maioria dos agricultores familiares do Tocantins não tem acesso às redes



ISSN nº 2595-7341

Vol. 4, n. 1, Janeiro-Abril, 2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft-v4n1/12404>

comerciais e em detrimento disso o estado mais novo do país também sente de perto as repercussões negativas pelos efeitos da pandemia causada pelo coronavírus. Desde a separação do norte de Goiás, o Tocantins luta para combater a pobreza e as desigualdades sociais de sua população (SOUSA *et al.*, 2019), o que acentuou no atual cenário de pandemia.

No Tocantins, o governo do Estado realizou em um primeiro momento a entrega de cestas básicas e produtos de higiene para as famílias de assentamentos rurais e comunidades quilombolas que tiveram sua renda reduzida em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para reduzir os riscos acometidos por essa atual pandemia (AGROLINK, 2020).

Algumas políticas públicas foram direcionadas para o público da agricultura familiar durante este período de pandemia. Foi constatado que no ano de 2020, o PAA, na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS), recebeu R\$ 220 milhões do orçamento do Ministério da Cidadania para ações emergenciais de segurança alimentar e nutricional devido à pandemia e esses recursos estão sendo aplicados na compra de alimentos produzidos por agricultores familiares (ISTO É, 2020). Mas, para Sousa (2020), apesar dos esforços, as ações do estado ficam cada vez mais incipientes, o que afeta sobremaneira os públicos em situação de maior vulnerabilidade social, que no meio rural tocantinense atinge eminentemente, indígenas, quilombolas e assentados que sobrevivem da produção familiar.

Resultados e discussões

Com aproximadamente 07 anos de existência, a COOPRATO possui



ISSN nº 2595-7341

Vol. 4, n. 1, Janeiro-Abril, 2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft-v4n1/12404>

sede localizada no Reassentamento Córrego Prata em Porto Nacional/TO. O empreendimento coletivo possui aproximadamente 50 agricultores familiar cooperados, na qual foi diagnosticado que nem todos residem no reassentamento, alguns são assentados da reforma agrária e quilombolas. A produção da cooperativa é de base agroecológica e atende os municípios de Palmas e Porto Nacional/TO, por meio da venda nas feiras livres e nos mercados institucionais, apesar de que não possuem ainda a certificação agroecológica.

Cabe ressaltar que a maioria dos reassentados fazem parte de uma população atingida por barragem decorrente da implantação de hidrelétricas no estado. De acordo com Santana e Parente (2013), o Reassentamento Córrego do Prata surgiu como uma medida mitigadora em decorrência aos impactos socioambientais sofridos pelas famílias afetadas pelo barramento do rio Tocantins, provocado pela construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Luís Eduardo Magalhães, localizada entre os municípios de Miracema e Lajeado do Tocantins. Devido ao barramento para construção da referida usina, as populações que viviam na área de sua implantação foram prejudicadas, perdendo suas terras, sendo remanejadas para os denominados Reassentamentos de Atingidos por Barragens, sendo o Reassentamento Córrego do Prata um deles, que contou inclusive com amparo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), mediando causas dos impactados no que tange aos seus direitos.

Quanto à estrutura organizacional e administrativa foi constatado que a cooperativa possui acesso à internet por meio de aparelhos celulares e também por computador. Em relação às funções administrativas



ISSN nº 2595-7341

Vol. 4, n. 1, Janeiro-Abril, 2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft-v4n1/12404>

desempenhadas pelos cooperados, no período em que ocorreu a entrevista a cooperativa era presidida por uma agricultora familiar, a função financeira era exercida por um secretário executivo e a frente da elaboração de projetos e demais atividades administrativas encontravam-se outros dois cooperados.

Quanto à parte operacional e logística de transporte da COOPRATO, foram identificados que não existe um único responsável para essas funções, às funções são desempenhadas em grupo, a depender do contexto da demanda e da disponibilidade dos cooperados que se revezam para executar tal função. Do mesmo modo, foi identificado que os meios de transportes utilizados para realizar as entregas não são fixos. A cooperativa não possui transporte próprio e geralmente os cooperados que possuem carro o disponibilizam para o escoamento da produção. Neste sentido, foi relatado que o transporte próprio para essa função seguia sendo a maior necessidade da cooperativa, sendo um caminhão fechado de pequeno porte o transporte ideal para atender as necessidades da cooperativa e igualmente as exigências da Vigilância Sanitária.

No que se refere aos aspectos relacionados à produção, são produzidos e comercializados alimentos *in natura* como frutas, verduras, produtos de origem animal (frango caipira melhorado e ovos) e semiprocessados (bolos, doces, salgados, farinha e polvilho). As frutas, especialmente a melancia, a banana e o abacaxi, além do pão de queijo, são os produtos mais comercializados. Durante a entrevista a presidente da cooperativa declarou ter interesse em produzir cana e rapadura, porém ainda não produz devido a questões burocráticas tais como, licenciamento ambiental, já que precisam se adaptar para as normas e exigências do mercado.



ISSN nº 2595-7341

Vol. 4, n. 1, Janeiro-Abril, 2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft-v4n1/12404>

A produção é agroecológica, contudo, ainda não há certificação. Apesar de a produção ser de base agroecológica e alguns alimentos não serem produzidos de forma contínua, foi constatado que a maioria deles são produzidos o ano todo devido à existência do Projeto de Irrigação São João no reassentamento. Para Sousa *et al.* (2019), possuir essa infraestrutura de irrigação para os cultivos de frutas e verduras é uma das vantagens da COOPRATO em relação aos demais empreendimentos coletivos da agricultura familiar, além do fato de estar localizada próxima a capital do estado, que tem grande demanda por gêneros alimentícios.

Os produtos possuem registro no S.I.M (Serviço de Inspeção Municipal), entretanto nenhum dos produtos semiprocessados possuem EAN (código de barras) que é um dos requisitos para vender aos supermercados e redes varejistas, por exemplo. De acordo com a presidente, durante os anos de existência da cooperativa não foi pensada nessa questão devido ao fato de não haver esse requisito nos mercados para os quais a cooperativa vende, como as feiras locais e os mercados institucionais.

De acordo com os resultados da pesquisa, a literatura citada e as informações dos agricultores constata que os mercados supracitados foram os primeiros e os meios de comercialização mais afetados pela pandemia do coronavírus. As exigências sanitárias e de distanciamento social, e a diminuição na demanda por parte da população estão dificultando o escoamento da produção de alimentos da AF e conseqüentemente diminuindo a renda dos agricultores familiares.

No que tange a comercialização, constatou-se que antes da pandemia, a COOPRATO produzia para vender cerca de quatro a cinco toneladas de



ISSN nº 2595-7341

Vol. 4, n. 1, Janeiro-Abril, 2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft-v4n1/12404>

alimentos/mês, mas diante do surto do coronavírus a realidade tem sido outra. Como consequência do fechamento ou redução do funcionamento das feiras livres e a suspensão das entregas para as escolas dos municípios de Palmas e Porto Nacional, as vendas da cooperativa caíram mais da metade.

Diante desse contexto, infere-se que os efeitos da pandemia têm atingido diretamente os ganhos monetários desses agricultores que de acordo com a presidente da cooperativa, não estão vendendo nem um terço da produção que era comercializada anteriormente a essa situação de pandemia. Com a queda nas vendas foi constatada nesse estudo que a cooperativa tem interesse e objetiva atender estes requisitos para acessar outros mercados formais, além da possibilidade de produzir e vender cestas de alimentos diretamente ao consumidor por meio do sistema *delivery* para a população do município de Palmas.

Considerações finais

O diagnóstico socioeconômico realizado com a COOPRATO permitiu conhecer diversos aspectos ligados à produção e à estrutura organizacional da cooperativa: número de agricultores familiares cooperados; existência de pessoal responsável pela função administrativa e financeira; logística de transporte; acesso a internet; principais produtos comercializados; e dentre os principais aspectos identificados destacou-se o fato do empreendimento possuir pessoal e estrutura administrativa responsável por desempenhar essas funções.



ISSN nº 2595-7341

Vol. 4, n. 1, Janeiro-Abril, 2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft-v4n1/12404>

Por meio deste estudo também foi possível identificar que os efeitos negativos acometidos pela pandemia afetam diretamente a vida das unidades econômicas individuais (produtores e consumidores) e conseqüentemente o mercado. A paralisação econômica e social provocado pelo distanciamento social apresenta como conseqüências o fechamento de feiras e restaurantes populares, a suspensão de aulas nas escolas públicas e privadas e o enfraquecimento das atividades de trabalhadores informais (FUTEMMA *et al.*, 2020, SAMBUICHI *et al.*, 2020).

No caso das vendas da COOPRATO, um dos motivos para a diminuição drástica da receita da cooperativa foi a suspensão do fornecimento de alimentos para as escolas da rede municipal de ensino de Palmas e Porto Nacional. Cerca de 80% das vendas eram para o PNAE e sem a previsão de retorno para as aulas os efeitos da pandemia têm atingido diretamente a vida, o cotidiano e, conseqüentemente, a fonte de renda desses agricultores.

O uso do diagnóstico socioeconômico permite conhecer a realidade local em seus diversos aspectos. O seu uso no presente estudo demonstra sua potencialidade como ferramenta para as ações de extensão de forma geral, uma vez que a interação entre a Universidade e outros setores da sociedade deve se dar de forma não destoada da realidade vivenciada no local onde se pretende intervir e esta ferramenta pode ser útil para atingir este resultado.

Tal instrumento é primordial para desenvolvimento de estratégias de comercialização de produtos e transferências de tecnologias que auxiliem os agricultores da cooperativa nesse processo. Outro ponto importante é o acesso à internet e a dispositivos eletrônicos, que é primordial também, no sentido de desenvolver e transferir uma tecnologia que os auxiliem na comercialização



ISSN nº 2595-7341

Vol. 4, n. 1, Janeiro-Abril, 2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft-v4n1/12404>

dos seus produtos. As informações obtidas nesta etapa, portanto, foram importantes e necessárias para o andamento do projeto, pois permitiram direcionar ações estratégicas e desenvolver de forma participativa uma solução tecnológica que atenda a realidade da cooperativa e dos demais agricultores familiares da região.

Portanto, cabe a COOPRATO (e demais empreendimentos coletivos da agricultura familiar) a busca por alternativas para a comercialização de seus produtos, como é o caso da nova tendência de *delivery* no setor de alimentação, ao governo do Tocantins formular políticas públicas específicas para a agricultura familiar, dada a inexistência de política pública estadual expressiva para atender as reais necessidades da região e deste público, e a Universidade seguir com agendas de pesquisa que contribuam para reduzir a distância entre os agricultores familiares e o mercado local; e a valorização dos povos locais, já que as Universidades Públicas trabalham com o tripé ensino, pesquisa e extensão.

Referências

ANDER EGG, Ezequiel; IDÁÑEZ, Maria José Aguilar. **Diagnóstico social: conceitos e metodologias**. 3 Ed. Porto: Cadernos REAPN, 2008, p. 93.

AGROLINK. **TO: governo segue com entrega de cestas básicas às famílias rurais**. 2020. Disponível em < https://www.agrolink.com.br/noticias/to--governo-segue-com-entrega-de-cestas-basicas-as-familias-rurais_438089.html>. Acesso em Out. 2020.

DELGROSSI, Mauro. Agricultura Familiar Ampliada. **CEGAFI/UnB**, 2020. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/observabr/wp->



ISSN nº 2595-7341

Vol. 4, n. 1, Janeiro-Abril, 2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft-v4n1/12404>

<content/uploads/sites/9/2020/08/PNAD-COVID-boletim-Junho2020.pdf>>.
Acesso em: 02 Out. 2020.

FEITOSA, Cid Olival. **Do antigo norte de Goiás ao estado do Tocantins: elementos de uma economia em formação.** 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

FUTEMMA, Célia et al. **A pandemia da Covid-19 e os pequenos produtores rurais: superar ou sucumbir?** 2020. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.967>>. Acesso em: Out. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em <<https://bit.ly/34kjLbb>>. Acesso em: Out. 2019.

ISTO É. **Conab tem R\$ 8,9 milhões em emendas parlamentares para aquisição de alimentos.** 2020. Disponível em <<https://istoe.com.br/conab-tem-r-89-milhoes-em-emendas-parlamentares-para-aquisicao-de-alimentos/>>. Acesso em Out. 2020.

LUCENA, Cicero Cartaxo; HOLANDA FILHO, Zenildo Ferreira; BOMFIM, Marco Aurélio Delmondes. **Atuais e potenciais impactos do coronavírus (Covid-19) na caprinocultura e ovinocultura.** Sobral, CE: **Embrapa, CIM - Centro de Inteligência e Mercado de Caprinos e Ovinos** (Boletim/ Embrapa CIM), 2020.

MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Agricultura Familiar. Brasil: MAPA,** 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>>. Acesso em Out. 2020.

PEREIRA, Alessandra da Silva et al. **Desafios na execução do programa nacional de alimentação escolar durante a pandemia pela COVID-19.** *Brazilian Journal of Development.* Curitiba, v. 6, n. 8, 2020.



ISSN nº 2595-7341

Vol. 4, n. 1, Janeiro-Abril, 2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft-v4n1/12404>

PEREIRA, Antonio Carlos; SANTOS, Eduardo Ribeiro. Frutas nativas do Tocantins com potencial de aproveitamento econômico. **Agri-environmental Sciences**, Palmas, v. 1, n. 1, 2015.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): instrumento de dinamismo econômico, combate à pobreza e promoção da Segurança Alimentar e Nutricional em tempos de Covid-19. **IPEA: Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais**. Nota técnica, nº 17, 2020.

SANTANA, Fabian Serejo; PARENTE, Temis Gomes. Usina Hidrelétrica no Tocantins e sujeitos na construção da consciência jurídica: o reassentamento Córrego Prata em Porto Nacional (TO). **Novos Cadernos NAEA**, v. 16, n. 2, 2013.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. A agricultura familiar no Brasil. Serie Documentos de Trabajo N° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. **Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo**. Rimisp, Santiago, Chile, 2013.

SCHNEIDER, Sergio et al. Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 100, 2020, p. 167-188.

SEAGRO - SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AQUICULTURA. **Agricultura Familiar**. 2020. Disponível em: <<https://seagro.to.gov.br/agricultura-familiar/>>. Acesso em: Set. 2020

SILVA, J. R da; JESUS, P. de. Os desafios do novo rural e as perspectivas da agricultura familiar no Brasil. **CONNAPI**, 2010. Disponível em: <<http://connapi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connapi/CONNAPI2010/paper/viewFile/1407/457>>. Acesso em: Fev. 2020.

SOUSA, Diego Neves de. Os “novos” mercados e sua contribuição para a inclusão produtiva dos agricultores familiares no Tocantins. **Redes** (Santa Cruz Do Sul. Online), v. 25, p. 2171-2184, 2020.



ISSN nº 2595-7341

Vol. 4, n. 1, Janeiro-Abril, 2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft-v4n1/12404>

SOUSA, Diego Neves de et al. Estratégias de comercialização do pescado da agricultura familiar para a alimentação escolar: a experiência no estado do Tocantins. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 36, n. 2, e26450, 2019.

TURPIN, Maria Elena. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio a agricultura familiar. **Revista Segurança Alimentar e Nutricional**, v.16, n.2, 2009, p. 20-42.